

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**THATYANA CARUZZA DUARTE BARBOSA**

**FALANDO SOBRE O ABORTO NO BRASIL**

**CURITIBA**

**2018**

**THATYANA CARUZZA DUARTE BARBOSA**

**FALANDO SOBRE O ABORTO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado para obtenção do título de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Lenir Maristela Silva

**CURITIBA**

**2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA  
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR



### PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora, designados pela Orientadora Prof. Dr<sup>a</sup> **LENIR MARISTELA SILVA** realizaram em **24 de março de 2018** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **THATYANA CARUZZA DUARTE BARBOSA**, composta ainda pelos Prof. Ms **ALMIR CARLOS ANDRADE** e Dr<sup>a</sup> **SILVANA MARIA SCORSIM** sob o título “**FALANDO SOBRE O ABORTO NO BRASIL**” sendo requisito parcial para obtenção do título de de Especialista no curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da UFPR - Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito “APL”.

Matinhos, 24 de março de 2018.

  
Prof. Dr<sup>a</sup> **SILVANA MARIA SCORSIM**

  
Prof. Dr<sup>a</sup> **LENIR MARISTELA SILVA**

  
Prof. Ms **ALMIR CARLOS ANDRADE**

  
**THATYANA CARUZZA DUARTE BARBOSA**

Conceitos de aprovação  
APL – Aprendizagem Plena  
AS – Aprendizagem Suficiente

Conceito de reprovação  
APS – Aprendizagem Parcialmente Suficiente  
AI – Aprendizagem Insuficiente

Observação:  
Caso o(a) estudante seja orientado(a) reformular seu trabalho, deve-se registrar no verso os requisitos apontados pela Banca Examinadora para o aceite final do trabalho

## **RESUMO**

Apesar de ser uma temática polêmica, na qual divide opiniões e acaba perpassando o âmbito do direito, o aborto no Brasil é mais comum do que muitas pessoas possam imaginar. Segundo levantamento realizado em 2016 pela ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, das 2.002 mulheres alfabetizadas entre 18 e 39 anos entrevistadas, 251 já fizeram ao menos um aborto. O maior problema que temos enfrentado é o número de mortes maternas que há em decorrência dos abortos clandestinos realizados no País, que chegam há 4 mulheres por dia. O presente artigo tem como principal objetivo trazer à tona a discussão que existe em torno da questão do aborto que são realizados no Brasil, como problemática social, no que se refere à saúde da mulher, física e psíquica. Longe de esgotar o debate que há em torno do tema, por parte do conservadorismo e movimentos feministas no País, o trabalho apresentado buscou fazer uma pesquisa bibliográfica, com levantamento de dados e opiniões, sobre a discussão que existe em torno do fenômeno em questão.

Palavras-chave: Feminismo, Religião, Direitos.

## **ABSTRACT**

Despite being a controversial issue, in which it divides opinions and ends up going beyond the scope of law, abortion in Brazil is more common than many people can imagine. According to a survey conducted in 2016 by ANIS - Institute of Bioethics, Human Rights and Gender, of the 2,002 literate women aged between 18 and 39 interviewed, 251 have already had at least one abortion. The biggest problem we have faced is the number of maternal deaths due to clandestine abortions in the country, which reach 4 women per day. The main objective of this article is to bring to the fore the discussion about the issue of abortion in Brazil, as a social problem, with regard to women's health, physical and psychic. Far from exhausting the debate about the theme, on the part of conservatism and feminist movements in the country, the work presented sought to make a bibliographical research, with a survey of data and opinions, on the discussion that exists around the phenomenon in question.

Keywords: Feminism, Religion, Rights.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	O ABORTO.....	9
3	POSICIONAMENTOS CONTRA E A FAVOR DO ABORTO NO BRASIL.....	13
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
	REFERÊNCIAS.....	20

## 1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva metodológica utilizada no presente artigo, a memória de vida tem sido muito utilizada, principalmente na área da Sociologia que a designa por “récita de vida”, que ao dar conta da relação entre práxis individual/coletiva e a mudança histórico-social, permite analisar o modo como é percebida e teorizada a ligação do indivíduo ao grupo, à comunidade e à sociedade. Ferrarotti (1981), fundamentando-se numa visão marxista segundo a qual o homem não é uma unidade base da sociedade, mas o seu produto e a vida do homem o resultado das experiências sociais, defende que os discursos sobre a vida ou sobre momentos da vida de um indivíduo podem, para além do valor que lhes é intrínseco, constituir um meio para investigar algo que, estando para além deles, se reflete neles (FERRAROTTI, 1981).

Das poucas lembranças que possuo da minha infância, uma que me é bem nítida era de como eu gostava de brincar de boneca, e na inocência de uma criança, acreditava que aquelas bonecas poderiam se tornar bebês de verdade.

Os anos foram passando e o desejo de ser mãe crescia, eu costumava dizer que o amor de mãe que me foi tirado tão cedo, já que minha mãe havia falecido<sup>1</sup> quando eu tinha quatro anos, eu encontraria quando viesse a ser mãe e poderia então, doá-lo ao meu filho ou filha. Mas aos poucos fui desconstruindo alguns ideais e construindo outros, de como poderia se concretizar esse desejo de ser mãe, pois, achava e ainda acho que é muito difícil lidar com as imposições da sociedade. Aos poucos fui acreditando que eu não precisava colocar outra criança no mundo, tem muitas por aí, sem nenhuma referência de mãe, que precisam de uma família, desse amor que estive por tanto tempo guardado em mim.

Aos 21 anos descobri que possuo uma anomalia congênita, meu rim direito é pélvico e por conta disso, alguns médicos diziam que isso dificultaria e muito, se caso eu desejasse engravidar.

---

<sup>1</sup> Faleceu devido à doença de câncer no fígado.

Apesar de ficar meio receosa com essa informação, não me preocupei muito, já que aquele desejo de gerar uma criança já não era mais tão forte, visto que a ideia da adoção ainda estava bem presente.

A intenção de realizar a pesquisa apresentada deu-se na surpresa de uma gestação não planejada. Aos 26 anos, recém-saída de um relacionamento abusivo, me vi diante de um grande desafio e de milhares de questionamentos. Como mencionado acima, além do empecilho que me foi posto pelo médico, quando ainda tinha o desejo de gerar uma criança, por conta da anomalia congênita, eu também não estava nenhum pouco preparada, nem psíquica e nem financeiramente. Quando me refiro a financeiramente quero dizer daquilo que a sociedade exige de nós, enquanto “bons pais”, no que se refere a bens materiais que na grande maioria, são dispensáveis.

Minha família é religiosa, conservadora e falar de sexo é como relacioná-lo ao pecado, se feito fora do casamento. Nunca tive abertura para falar sobre isso com familiares, pelo contrário, fui desconstruindo todos os tabus e preconceitos que eu mesma possuía em relação a isso sem nenhum apoio familiar, e foi um processo muito difícil.

Longe de justificar o que chamo de “surpresa” com a falta de informação, já que mesmo sem conversar com familiar algum sobre sexualidade, eu conhecia os métodos contraceptivos, dos quais usei algumas vezes. Mas a questão aqui trazida não é essa, e sim onde quero chegar com meu relato de experiência, que é no meu tema de pesquisa.

Quando descobri a gravidez, logo veio os medos, insegurança, tristezas, dúvidas e mais outros sentimentos confusos. Aos poucos fui percebendo que isso não estava relacionado à criança em si, mas pelo fato de ter que lidar com o novo, com o desconhecido num momento da minha vida em que eu não estava, repito, nenhum pouco preparada.

No começo cogitei a possibilidade de aborto, pesquisei sobre isso, li e ouvi alguns relatos de mulheres que o fizeram e das que quase fizeram. Foi então que percebi quão invisível é a opinião, a dor da mulher para a sociedade quando se trata de seus sentimentos e de seu querer. Porque isso não é discutido de forma que as pessoas se sintam livres para falar, só o fato de mencionar a palavra aborto, já somos vistas como monstros, sendo desconsiderada qualquer dor que possamos estar sentindo, sejam elas



quais forem. Quando me perguntaram no pré-natal como eu estava com a aceitação da gravidez, eu disse que estava mal, não estava conseguindo lidar com aquilo, logo me sugeriram um remédio psicotrópico e mudaram de assunto. Ou seja, não vamos falar disso, a sociedade não está aberta e preparada para ouvir nada do que você está sentindo, apenas tenha o filho que tudo ficará bem.

Aos poucos, com ajuda da minha psicoterapeuta e com o apoio da minha família e amigos, fui decidindo levar adiante a gestação. Eu poderia ter ido atrás de abortos clandestinos, assim como muitas mulheres, mas não fui por medo. Medo de que não suportaria dar conta da minha consciência depois do procedimento.

Hoje, ao concluir este artigo, tenho minha filha em meus braços. Depois de muito trabalho e entendimento sobre todos os rumos que minha vida tomou, compreendo que o amor que existe entre nós, foi construído, e isso o tornou mais forte, enraizado e indestrutível. Tive e ainda tenho todo o suporte para poder estar com minha filha e para que juntas, pudéssemos construir nossa relação. Possuo ensino superior, um emprego e tenho apoio dos meus familiares, mas essa não é a realidade da grande maioria das mulheres brasileiras, por isso ainda prossegui com o desejo de falar sobre o aborto.

A questão aqui não é se concordo ou não com o aborto, mas sim que ele existe e que milhares de mulheres morrem e sofrem por fazê-lo de forma clandestina, e isso precisa ser falado, discutido e visto pela sociedade.

O objetivo geral desta pesquisa é abordar sobre a discussão que existe em torno da temática do aborto do Brasil. Trarei opiniões de autores que se posicionam contra o procedimento e também do movimento feminista, que luta pela descriminalização e legalização do aborto.

## 2 O ABORTO

Para começar a falar sobre o tema proposto, é necessário que se entenda qual é a definição de aborto. De acordo com Boemer e Mariutti (2003,p.60):

O aborto é uma interrupção da gravidez ou expulsão do produto da concepção antes que o feto seja viável, isto é, antes da 22ª semana ou, se idade gestacional for desconhecida, com o produto pesando menos de 500 gramas ou medindo menos de 16 centímetros (BOEMER E MARIUTTI, 2003, p.60).

As interrupções após este período, do ponto de vista médico, são consideradas partos prematuros, e se houver óbito do feto, é considerado natimorto<sup>2</sup>. De acordo com Boemer e Mariutti (2003, p.66), há riscos para a mulher que passa pelo abortamento, inerentes a qualquer procedimento cirúrgico, até mesmo quando executados em ambiente adequado e com técnica perfeita.

Cerca de 56 milhões de abortos são realizados por ano no mundo todo, o que representa uma média de 153 mil procedimentos por dia. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), cerca de 21,6 milhões destes procedimentos realizados anualmente são abortos inseguros, resultando na morte de cerca de 47 mil mulheres por ano. No Brasil, há uma estimativa de mais de 1 milhão de aborto, em sua maioria clandestino, por ano<sup>3</sup>.

O marco divisório onde a questão do aborto começou a se tornar assunto a ser discutido na sociedade foi no século XVIII, após a Revolução Francesa, onde se começou a valorizar a vida do feto, que seria um provável trabalhador que contribuiria para o desenvolvimento da sociedade (GALEOTTI, 2004 apud JACOBSEN, 2009). Antes disso,

---

<sup>2</sup> É o produto do nascimento de um feto morto. Considera-se feto morto aquele que nasce pesando mais de 500g e que não tem evidência de vida depois de nascer. Para fins de cálculos estatísticos de taxa de mortalidade perinatal para comparação internacional, somente se incluirão fetos mortos que pesam 1000g ou mais ao nascer – SECRETARIA DE SAÚDE DO PARANÁ.

<sup>3</sup> Dados disponíveis em:  
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/35023/saiba+como+o+aborto+e+regulamentado+em+se+te+países.shtml>. Acesso em Dez/2017

a gravidez era considerada assunto exclusivo da mulher, visto que, até então, o pudor que existia ante as partes íntimas da mulher intimidava a atuação médica durante a gestação, ficando a categoria responsável apenas por extrair o feto morto no útero materno, sendo as mulheres, então, responsáveis por conselhos ligados às questões de maternidade, no que se refere aos partos e aos abortos que eram realizados. Caso a mulher não comunicasse sua gravidez, não poderia ser acusada de haver abortado (JACOBSEN, 2009).

Segundo Priore (1993, p.1) os abortos eram praticados por mulheres que estavam em desespero diante de uma gravidez indesejada, tendo como significado, então, uma forma de controle dos casais ilegítimos. Assim como o infanticídio e a contracepção, o aborto era utilizado no quadro das relações extraconjugais (PRIORE, 1993).

Os abortos eram feitos através de drogas, chás e poções abortivas, que acabavam por envenená-las. Também havia os procedimentos mecânicos, como golpes aplicados no próprio ventre, pulos de alturas variadas, carregamento de fardos pesados ou até mesmo arrastar a barriga no chão (PRIORE, 1993). Antes do aparecimento de doutores e anatomistas, eram as mulheres, curandeiras, que praticavam a enfermagem e abortos, dando conselhos sobre enfermidades.

No Brasil, não existiam dados sobre a frequência dos abortos que ocorriam, porém, no ano de 1724 havia os padres e religiosos que tentavam convencer as mulheres sobre a importância de preservar a vida do fruto de seu ventre, tendo como respaldo a justificativa de que assim, elas assumiriam um compromisso de conservação da espécie. Ainda, aquelas mulheres que haviam engravidado sem estar casada, deveriam sofrer com paciência os desconfortos da prenhez e as dores do parto como punição do pecado que praticou, e o pecado maior não seria o de ter filhos fora do casamento, mas matar o próprio fruto (PRIORE, 1993).

Em 1940, no Brasil, a interrupção da gravidez era permitida apenas em casos de estupro, ou risco de vida para a mãe, e em decisão posterior do Supremo Tribunal Federal, em 2012, o aborto passou a ser permitido também nos casos de anencefalia<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A anencefalia é uma má formação rara do tubo neural, caracterizada pela ausência parcial do encéfalo e da calota craniana, proveniente de defeito de fechamento do tubo neural nas primeiras semanas da formação embrionária. – (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anencefalia> - Acesso em 23/01/2018).

fetal. O código penal prevê pena de um a três anos de detenção para a mulher que o pratica sem estar dentro dos critérios acima ditos<sup>5</sup>. O que se toma como discussão no meio da bioética, é o conceito de onde inicia a vida, quando a vida começa de fato (BOEEMER E MARIUTTI, 2003). Apesar da legalização do aborto para as condições estabelecidas em lei, apenas a partir de 1996 os serviços públicos de saúde passaram a normatizar atendimentos especializados para esses casos (FIGUEIRO, INABA, MELO, MENDES, TORRES, 2013).

De acordo com a pesquisa realizada pela Universidade Estadual de Campinas (1995), decidir abortar é visto frequentemente como se fosse fácil, e a mulher que assim decide, o faz como se fosse indiferente a esse ato, tornando-se egoísta, sendo considerada criminosa, que decidiu cometer um delito (ZUGAIB, 1990 apud COSTA, HARDY, OSIS E FAÚNDES, 1995). Sendo considerado, muitas vezes, apenas como um problema médico, os aspectos psicológicos e sociais implicados na decisão são deixados de lado (COSTA, HARDY, OSIS E FAÚNDES, 1995).

O aborto deve ser considerado uma questão de saúde pública, devido ao alto índice de mulheres que morrem, ou acabam por adquirir sequelas psíquicas e físicas decorrentes de abortos clandestinos, feitos em condições precárias, sem nenhuma orientação e cuidados médicos. As mais afetadas são as mulheres pobres, as de baixo nível cultural e as negras, já que as que possuem melhores condições financeiras recorrem a clínicas clandestinas que possuem melhores infraestrutura (FIGUEIRO, INABA, MELO, MENDES, TORRES, 2013).

Em dezembro de 2004 deu-se um dos primeiros e mais visíveis passos em direção à descriminalização do aborto no Brasil, a assinatura do “Plano Nacional de Políticas para Mulheres”, apresentado pela ministra Nilcéia Freire, que colocou o aborto como questão de prioridades do então atual governo<sup>6</sup> (FIGUEIRO, INABA, MELO, MENDES, TORRES, 2013).

O ministro da saúde, no ano de 2007, José Temporão, apontou o aborto como uma questão de saúde pública, onde sugeriu que o país entrasse em discussões sobre essa

---

<sup>5</sup> Artigo 28 do código penal - LEI 2848/40.

<sup>6</sup> Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores.

temática, propondo até mesmo um plebiscito, o que desencadeou mobilizações mais acirradas, além das que já vinham acontecendo no país, de correntes pró e contra o aborto. Porém, na 13ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília no ano de 2007 rejeitou a proposta de legalização do aborto (FIGUEIRO, INABA, MELO, MENDES, TORRES, 2013).

No mesmo ano, o governo lançou o Programa Especial de Planejamento Familiar, que tinha como objetivo contornar o problema do aborto. Um grupo de feministas apoiou a iniciativa e aproveitou também a ocasião para manifestar suas ideologias, reforçar que o estado é laico, que a mulher deve viver na prática seus direitos reprodutivos, dos abortos clandestinos.

O projeto de Lei 882/2015, apresentado pelo Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), trata da legalização do aborto e possibilita que seja realizado em mais uma situação, como anomalias graves e irreversíveis, quando o feto não tem chances de sobreviver, além de o projeto ter como principal justificativa apresentada:

Não há motivo para que o aborto seguro seja ilegal e as mulheres que o praticam, bem como aqueles e aquelas que as assistem, sejam considerados criminosos ou criminosas (...) O único motivo para isso é a vontade de uma parcela do sistema político e das instituições religiosas de impor pela força suas crenças e preceitos morais ao conjunto da população, ferindo a laicidade do Estado (BOEMER E MARIUTTI, 2003, p.60).

Em contraposição ao projeto do deputado supradito, há a Proposta de Emenda Constitucional 181/2015, que inicialmente era aumentar o tempo de licença maternidade para mães de bebês prematuros, porém, além dessa pauta, a PEC atende interesses da bancada evangélica conservadora, aprovada pela comissão majoritariamente masculina, a proposta também trata de um retrocesso nos direitos das mulheres. Apelidada como “PEC DO CAVALO DE TRÓIA” por movimentos que lutam pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a nova redação, o inciso 3 do artigo 1º do texto constitucional recebeu a frase: "dignidade da pessoa humana desde a concepção". E no artigo 5º, acrescentou-se: "a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção", deixando claro o posicionamento contra o aborto em quaisquer circunstâncias, e de acordo com o relator Jorge Mudalen (DEM/SP), as palavras acrescentadas são para que fique claro que sim, ele e seus companheiros da bancada, são contra o aborto, pois acreditam que há vida

desde a concepção, misturando novamente, opiniões particulares e religiosas com interesses públicos.

### **3 POSICIONAMENTOS CONTRA E A FAVOR DO ABORTO NO BRASIL**

Nos últimos anos, a instituição mais forte que luta contra a descriminalização e legalização do aborto é a Igreja Católica, junto com outras religiões conservadoras, por considerar o ato um crime, visto que acreditam que há vida humana a partir da fecundação do óvulo, portanto, em qualquer fase da gestação, e a interrupção voluntária é considerado um assassinato. Já os movimentos feministas e aqueles que o apoiam, argumentam que a vida se inicia a partir da formação do córtex cerebral, por isso deve ser tratado como uma questão de liberdade de escolha da mulher, já que há sempre dúvidas sobre o início da vida.

A Igreja Católica, ao defender a criminalização do aborto, mostra sua força institucional e seu poder de convencimento em embates políticos, que segundo a autora Kalsing (2002, p.288), é a capacidade de lobby. A confirmação disso é que:

A Igreja se vale de situações sem conotação religiosa, como um processo político, uma situação muito concreta e vinculada a interesses materiais dos agentes envolvidos no jogo político, para impor sua visão de mundo (KALSING, 2002, p.288).

A principal justificativa por parte da Igreja Católica se dá no fato de que eles se baseiam em fundamentos religiosos, não biológico, nem socioeconômicos, acreditando-se que o homem é criatura de Deus, criado à sua imagem e semelhança, por essa razão se deve total respeito à vida, já que segundo a Igreja, a vida é o primeiro valor (KALSING, 2002).

É considerado o aborto, pelos religiosos, crime hediondo, por se tratar de crime contra o mais indefeso dos seres, já que qualquer adulto poderia se defender, mas aquele que ainda não nasceu, ainda totalmente depende do corpo da mãe, não tem como se proteger de nenhum ataque. Pensando dessa forma, a igreja acredita que defende a vida (KALSING, 2002).

Quando se trata de aborto, no caso de estupro, a Igreja Católica ainda se manifesta contra por acreditar que (KALSING, 2002, p.292), “não se deve decretar a pena de morte ao nascituro, já que o mesmo não se faz com o estuprador”. Não tendo então, essa mulher condições de criar o filho, deverá entregá-lo à adoção.

Outro questionamento é o da não utilização dos métodos contraceptivos, já que sendo eles utilizados, a mulher teria evitado a gravidez e se não o fez, foi por falta de responsabilidade, e como consequência, tem que aceitar o nascimento da criança, mesmo sem desejá-la. Porém, segundo os autores<sup>7</sup> a Organização Mundial da Saúde (OMS) forneceu uma estimativa do número de gravidezes que foram resultados de métodos contraceptivos que falharam, no ano de 2003, onde ficou constatado que todos os métodos, sem exceção, estão sujeitos a falha. Como exemplo, a esterilização feminina, que em 2003 havia 201.000.000, implicou 1.005.000 gravidezes, já os hormônios orais, conhecidos como pílulas, acarretaram 3.900.000 gravidezes para a proporção de 78.000.000 de usuárias (FIGUEIRO, INABA, MELO, MENDES, TORRES, 2013).

O Supremo Tribunal Federal gerou uma polêmica no ano de 2016, quando decidiu revogar a prisão preventiva de cinco pessoas que trabalhavam em uma clínica clandestina. Segundo os cinco ministros, praticar aborto nos três primeiros meses de gestação não é crime, decisão inédita no Brasil.

Em um discurso de repúdio à decisão do STF, o Deputado Federal Marco Feliciano (PSC) fala sobre o direito que o pai também tem em decidir sobre a vida da criança que está no ventre da mulher, referindo-se a igualdade de gênero. Porém, é importante destacar é que a maioria das mulheres que pensam em optar pelo aborto, é justamente por não ter apoio nenhum do suposto pai.

Estatisticamente falando, o Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras<sup>8</sup> e 5,5 milhões de crianças sem o nome do pai no registro de nascimento, o que mostra uma irresponsabilidade social assustadora e uma contradição nítida na fala do referido Deputado Federal.

---

<sup>7</sup> FIGUEIRO, INABA, MELO, MENDES, TORRES, 2013, p.14.

<sup>8</sup> Dados disponíveis em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-05/brasil-tem-mais-de-20-milhoes-de-maes-solteiras-aponta-pesquisa> Acesso em: 01/2018.

O movimento feminista vem, desde a década de 1970, em todo mundo, lutando pela autonomia da mulher, bem como o direito de controlar seu próprio corpo. Juntamente com outros movimentos que lutam pela mesma causa.

O direito de decidir sobre o rumo de suas próprias vidas entra no âmbito da saúde mental também, já que se entende que são direitos sociais básicos, assim como habitação, saúde, educação e trabalho, direitos que são necessários para que o homem e mulher possam desenvolver suas potencialidades e agir no mundo. Interligado aos direitos mencionados, é necessário que seja reforçado que, a mulher é, de acordo com Figueiro, Inaba, Melo, Mendes, Torres (2013, p.12) “sujeito autônomo, capaz de tomar decisões responsáveis, de modo que sua atuação social adquira visibilidade e valor”.

Sendo um ator social, o movimento feminista vem se contrapondo à instituição religiosa, no sentido de buscar a laicização do Estado e a possibilidade da realização do aborto quando a mulher desejar e/ou necessitar (KALSING, 2002).

E é pautado neste discurso que o movimento feminista defende a descriminalização e legalização do aborto, já que ele existe, porém de forma clandestina, colocando a mulher como desprotegida socialmente, pois, as que praticam, arriscam suas vidas (SCAVONE, 2008).

De acordo com Scavone (2008, p.677):

O aborto como questão de direito individual remete a um dos fundamentos do feminismo contemporâneo: o princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo; direito baseado nas ideias de autonomia e liberdade do liberalismo, expresso na máxima feminista “nosso corpo nos pertence”, que se difundiu internacionalmente a partir dos países centrais e marcou as lutas feministas relacionadas à sexualidade, à contracepção e ao aborto. A apropriação do corpo também significava para as mulheres a possibilidade da livre escolha da maternidade (SCAVONE, 2008, p.677).

Quando a autora fala sobre a livre escolha, cabe mencionar também a romantização que existe em torno da maternidade, no que se refere ao fato de uma cultura onde a sociedade acredita que ser mãe é uma obrigação da mulher e logo há um espanto quando uma mulher decide por não ser.

Retomando o ponto sobre o posicionamento a favor da descriminalização e legalização do aborto, outra situação da qual o movimento feminista se coloca, quando se



fala da igreja sendo a maior opositora do aborto, é que, há mais importância, mais valor, a vida em potencial do que uma vida em ato, no caso da mulher, visto que a igreja afirma que o médico deve esforçar-se ao máximo para tentar salvar as duas vidas, mas se isso não for possível, deve salvar a do feto (KALSING, 2002).

O movimento feminista entende que o aborto é uma questão de reprodução e sexualidade na qual a mulher deve decidir sobre o que fazer, já que é seu corpo. Não sendo as mulheres responsáveis por decidir tais questões, reforça a ideia de que a sociedade é machista e quer ter controle até mesmo dos corpos das mulheres, definir seus destinos e, muitas vezes, condená-las a viver o resto de suas vidas infelizes e doentes, caso sejam obrigadas a parir uma criança que foi fruto de violência (KALSING, 2002).

Outro argumento utilizado por aqueles que são a favor da descriminalização é que nos Países onde o aborto foi legalizado, diminuíram significativamente os números de abortos e de morte materna, sendo que alguns chegaram a zerar o número de mortes maternas, de acordo com a ONU (2016). No Uruguai, onde o procedimento é permitido em qualquer circunstância, qualquer mulher que procurar uma clínica de aborto, é acolhida por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais e médicos. Também antes do aborto, a mulher tem cinco dias para decidir se realmente quer fazer, o que às vezes, ela acaba optando por não fazer o procedimento, visto que todo apoio que recebe da equipe multidisciplinar possibilita melhor reflexão sobre o desejo de interromper com a gravidez.

Abaixo transcreve-se uma pesquisa realizada pelo site [operamundi.uol.com.br](http://operamundi.uol.com.br)<sup>9</sup>, que fala sobre os Países onde o aborto é permitido:

- **EUA:** Regulamentado em âmbito federal desde 1973 sob a diretriz da decisão da Suprema Corte *Roe v. Wade*, o aborto é legalizado em todo o território norte-americano. Na maioria dos Estados, não há limite na idade gestacional para a realização do procedimento. Entretanto, em Estados com governos conservadores e com os Republicanos em maioria no Legislativo, uma série de leis e medidas têm sido estabelecidas para restringir o acesso

---

<sup>9</sup> Acesso em: Dez/2017.

das mulheres ao aborto, inclusive a fala do atual Presidente Donald Trump, em uma entrevista, onde diz que a mulher que comete o aborto, deve ser penalizada. Diferentemente do homem, que cumpre outro papel, no qual ele não soube explicar.

- **Uruguai:** O aborto é permitido em qualquer circunstância até a 12ª semana de gestação no Uruguai. Em casos de estupro, são permitidos até a 14ª semana. Quando há risco para a gestante ou má formação do feto, podem ser feitos em qualquer período da gestação. A lei está em vigor desde 2012. Após um ano de vigência, 6.676 abortos seguros foram realizados e nenhuma morte foi registrada.
- **Espanha:** No fim de 2013, o governo de Mariano Rajoy tentou reformar a lei que regula o aborto na Espanha, passando da legalidade irrestrita para a permissão somente para casos de gestação decorrente de estupro e perigo grave à saúde física e psíquica da gestante. Uma série de protestos pelo país e a oposição de mais de 70% da população à medida levou Rajoy a desistir da mudança e à renúncia de Alberto Ruiz-Gallardón, principal promotor da reforma, como ministro da Justiça, em setembro de 2014. O aborto na Espanha, portanto, segue sendo legal e irrestrito até a 14ª semana de gestação.
- **Argentina:** A legislação argentina criminaliza o aborto, permitindo-o somente em caso de risco à vida e à saúde da gestante e em caso de gestação decorrente de estupro. Segundo dados de 2015 do Ministério da Saúde argentino, cerca de 500 mil abortos clandestinos são realizados no país a cada ano, e o procedimento inseguro é a principal causa de morte materna na Argentina.
- **Cuba:** O aborto é permitido em Cuba, em qualquer situação, desde 1968, e pode ser realizado gratuitamente sob a solicitação da gestante no serviço de saúde público cubano.
- **França:** O aborto é permitido por lei na França desde 1975 até a 14ª semana de gestação. A legislação do país também exige o aconselhamento da mulher durante o processo. Em janeiro de 2014, uma emenda à lei alterou o texto que previa a permissão ao aborto para a mulher que

estivesse em “situação de desamparo”, passando a permitir explicitamente o aborto no caso em que “a mulher não queira dar seguimento à gravidez”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme questiona Jacobsen (2009), a mulher fica no meio de argumentos religiosos, que defende a inviolabilidade da vida do feto, e do outro lado movimentos que defendem a vida e saúde dessa mulher. Chegará o dia em que essas próprias mulheres poderão rejeitar o papel de coadjuvantes para assumir a primeira palavra quando os assuntos forem os seus próprios corpos? (GALEOTTI, 2004 apud JACOBSEN, 2009).

De acordo com Boeemer e Mariutti (2003, p.64):

O aborto é tratado como um problema de saúde pública, onde suas diferentes consequências recaem sobre a mulher, vítima de uma sociedade que a castiga de forma isolada, como a única responsável pela gravidez, sendo clara a lei brasileira quando diz que o aborto é crime passível de prisão para mulher e para pessoa que o comete (BOEEMER E MARIUTTI, 2003, p.64).

Desta forma, o homem se isenta das responsabilidades do seu ato sexual, respaldado nas desigualdades de gênero. Se uma vez tomando conhecimento sobre as consequências de um aborto provocado, poderia apoiar na minimização das sequelas na vida da mulher, além da divisão de responsabilidades na tomada da decisão, diminuindo assim, conflitos (FIGUEIRO, INABA, MELO, MENDES, TORRES, 2013)

Então analisando os posicionamentos contrários à legalização, pode-se entender que normalmente eles pautam as medidas que devem ser tomadas para o campo da moralidade e do individualismo, não considerando o contexto sociocultural e as relações de gênero e sociais que estão ligadas ao aborto.

Ainda, no texto de Kalsing (2002), há um depoimento do Deputado Federal Marcos Rolim<sup>10</sup>, no qual vale reflexão:

---

<sup>10</sup> Marcos Flávio Rolim (Porto Alegre, 16 de agosto de 1960) é um jornalista, sociólogo e político brasileiro, que atua como professor universitário e consultor em segurança pública e direitos humanos. Foi vereador em Santa Maria entre 1983 a 1988 e foi eleito deputado estadual nas eleições de 1990 e 1994. Na Assembleia Legislativa, presidiu a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos durante seis anos.

Porque o verdadeiro é aquilo que nos parece verdadeiro, aquilo que aceitamos como expressão da verdade. Por isso mesmo, toda noção tida como verdadeira é histórica no sentido de que apareceu no tempo e no tempo se transformará. O fato incontestável é que aquelas 'verdades reveladas' necessitam, sempre, de uma interpretação por parte dos sujeitos que as lêem. Pela interpretação é que o sentido é construído pela elementar razão de que, entre o texto e o leitor, medeia a cultura (KALSING, 2002, p.289).

A fala do deputado se refere à verdades absolutas em que as pessoas se apegam, no que se refere ao aborto, muitas vezes esse tema não chega a ser discutido, porque foi propagado que é algo errado, que existe apenas a verdade absoluta de anos, então as pessoas não questionam. Talvez, se há alguma verdade, é de que a verdade talvez possa não existir em alguns quesitos.

Acredito que mais do que discutir qual é o caminho correto a seguir, no que tange ao aborto, o que se deve é pensar no direito de acesso a uma possibilidade de escolher o momento, a hora, a oportunidade, se é bom ou ruim a maternidade naquele momento.

Tanto a religião como o movimento feminista são capazes de influenciar pensamentos e decisões, fazem parte da cultura, mesmo o movimento feminista ainda não sendo tão enraizado como a religião, visto que ainda existe muita resistência quanto suas lutas, até mesmo do público feminista, já que a cultura dominante (machista) é quem ainda consegue infiltrar ainda mais nas diversas camadas da população, que por vezes, acaba achando que posicionamentos contra o aborto são óbvios e que jamais deve-se entrar em pauta a possibilidade da legalização (KALSING, 2002).

Penso também que o abortamento não deve ser justificado, mas compreendido pela sociedade. Ao invés de atitudes de reprovação e especulação na vida de uma mulher que passa por isso, é necessário o olhar humano sobre toda sua história, pois: "O aborto, quaisquer que sejam as circunstâncias e justificativas que o cercam, é sempre um ato de violência. Em relação à mulher, violência física e psicológica que, inevitavelmente, se inscreve como uma ferida sobre seu corpo e sua alma (ALVES, 1997)".

---

Em 1998, elege-se deputado federal com 54 mil votos. Durante seu mandato na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, foi vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e vice-líder da bancada do Partido dos Trabalhadores. Em 1999, recebeu o Prêmio UNESCO em Direitos Humanos no Brasil. Nas eleições de 2002, não conseguiu ser reeleito ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcos\\_Rolim](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcos_Rolim) - Acesso em 20/01/2018).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. O Nervo Exposto. Folha de São Paulo. São Paulo/SP, 1997. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz280910.htm> > Acesso em: 02/2018.

COSTA, ROSELY G.; HARDY, ELLEN; OSIS, MARIA JOSÉ D.; FAÚNDES, ANÍBAL. A Decisão de Abortar: Processo e Sentimentos Envolvidos. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro/RJ, 1995.

FERRAROTTI, F. On the Autonomy of the Biographical Method. In Daniel Bertraux (Ed.). Biography and Society. The Life History approach in the social sciences. Londres e Beverly Hills: Sage, 1981.

JACOBSEN, ENEIDA. A história do Aborto. Protestantismo em Revista. Volume 18. São Leopoldo/RS, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/viewFile/2039/1952>>. Acesso em: 09/2017.

KALSING, Vera Simone Schaefer. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul/RS, 2002. pp.279-314.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Aborto inseguro ainda está matando dezenas de mulheres. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/aborto-inseguro-ainda-esta-matando-dezenas-de-milhares-de-mulheres-alertam-especialistas-da-onu/>>. Acesso em: 12/2017.

PRIORE, LUCY MURROY DEL. A árvore e o Fruto: Um Breve Ensaio Histórico Sobre o Aborto. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 1993. Disponível em: <[http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/442](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/442)>. Acesso em: 10/2017.

SCAVONE, Lucila. Políticas Feministas do Aborto. Universidade Estadual Paulista. Estudos Feministas. Florianópolis/sc, 2008.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ – Conceitos e definições – Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/print.php?conteudo=668>> Acesso em 12/2017

TORRES, ANA CRISTINA PAES LEME G. CILIÃO; FIGUEIRO, MARY NEIDE DAMICO; MENDES, PATRÍCIA PEREIRA; MELO, SONIA MARIA MARTINS DE; INABA, CLARA

MAKI. – Aborto no Brasil: Argumentos a favor e contra sua proposta de descriminalização. III Simpósio Internacional de Educação Sexual. Maringá/PR, 2013.